



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

ATA da segunda sessão da quarta reunião extraordinária do Conselho Deliberativo do Conselho de Desenvolvimento do Nordeste, realizada no dia 1º de outubro de 1959.

Presidência do Exmo. Conselheiro Governador Pedro Moreno Gondim

Ao primeiro dia do mês de outubro do ano de mil novecentos e cinquenta e nove, no Teatro Santa Rosa, na cidade de João Pessoa, capital do Estado da Paraíba, às quinze horas, presentes os Conselheiros Pedro Moreno Gondim, Governador do Estado da Paraíba; Francisco Chagas Rodrigues, Governador do Estado do Piauí; Dinarte Mariz, Governador do Estado do Rio Grande do Norte; Juracy Magalhães, Governador do Estado da Bahia; Luiz Garcia, Governador do Estado de Sergipe; Emiliano Macieira, Representante do Governador do Estado do Maranhão; Cid Feijó Sampaio, Governador do Estado de Pernambuco; Beroaldo Maia Gomes Rêgo, Representante do Governador do Estado de Alagoas; Francisco Alves de Andrade e Castro, Representante do Governador do Estado do Ceará; Coronel Afonso Augusto de Albuquerque Lima, Representante das Forças Armadas; Osvaldo Bastos de Menezes, Representante do Ministério da Agricultura; Oscar Espinola Guedes, Representante da Comissão do Vale do São Francisco; José Guimarães Duque, Representante do Ministério de Viação e Obras Públicas; Fernando de Oliveira Mota, Representante do Banco do Nordeste do Brasil; Gilberto Freyre, Representante do Ministério da Educação e Cultura; Mário Magalhães da Silveira, Representante do Ministério da Saúde; José Cândido Castro Pessoa, Diretor Geral do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas e Celso Monteiro Purtado, Representante do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Diretor Executivo do Conselho de Desenvolvimento do Nordeste, secretariada por Osmário Alifait Lacet, Assessor Especial do CODENO, teve lugar a segunda sessão da quarta reunião extraordinária do Conselho Deliberativo do Conselho de Desenvolvimento do Nordeste. O Sr. Presidente determina a leitura do seguinte expediente: telegrama do Prefeito eleito do município de Santa Luzia, em que adverte que o principal problema comum a todos

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

os municípios, atualmente, é o de eletrificação; telegrama do Prefeito municipal do Brejo do Cruz registrando que o problema mais urgente da sua comunidade é o abastecimento de água; telegrama do Prefeito do município do Catolé do Rocha solicitando que no Plano de Eletrificação seja considerada a ligação de energia de Curemas àquela cidade, bem como a construção do campo de aviação; telegrama do Prefeito de Cajazeiras esclarecendo que a respeito da eletrificação da cidade está encontrando dificuldades para o financiamento feito pelo Banco do Nordeste; telegrama do Prefeito de Princesa Isabel solicitando construção das rodovias Princesa - Piancó, Princesa - Teixeira, Princesa - Conceição, extensão de energia elétrica de Curemas àquela município bem como conclusão do abastecimento d'água daquela cidade. A Secretaria comunica que o Conselheiro José de Matos Carvalho tem de se ausentar da reunião, respondendo pela representação do Estado do Maranhão o Conselheiro Emiliano Macieira. É feita a leitura do telegrama proposto pelo Conselheiro-Representante do Ministério da Agricultura com a seguinte redação " Exmo. Sr. Juscelino Kubitschek - Conselho Deliberativo CODENO - por unanimidade lembra a Vossa Excelência a conveniência do veto total a lei de irrigação levada à aprovação presidencial pt momento em que transita parlamento mensagem executiva referente lei irrigação nascida neste Conselho vg como necessidade mínima da região vg a aprovação da lei em mãos Vossencia virah enfraquecer no pósitos contidos mensagem enviada Congresso Nacional atenciosas - saudações". O Sr. Presidente referindo -se ao financiamento do algodão, diz que conquanto o decreto tenha sido obtido em julho ainda agora, em outubro, quando a safra já se escôa totalmente da -- mão do produtor para o intermediário, ainda o Nordeste, não tem -- êsse decreto de financiamento aplicado e só a vinte e cinco de setembro, depois de uma sua viagem ao Rio, teve então registrado aquele convênio entre o Ministério da Fazenda e o Banco do Brasil. Frisa entre outras considerações, que não sabemos quando o convênio será posto em execução e a fazer uma projeção matemática do tempo que se consumiu para o registro, já podemos prever que não teremos o financiamento que o CODENO obteve às custas do melhor esforço e foi objeto em cada Estado de ampla divulgação dos responsáveis pelo Poder Público, mesmo para levar ao agricultor nordestino a segurança de que o CODENO estaria interpretando os problemas máximos e levando a bom têrmo a sua solução. Adianta que êsse trabalho prom



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

104  
3.

cional, do ponto de vista moral de cada Governador tem uma contrapartida negativa, porque êle exortou a confiança do homem nordestino, e depois o sertanejo constata que tudo aquilo não passava apenas de um esforço de raciocínio. Já se vê, assim, que o próprio CODENO e o homem público em geral dentro de cada Estado, são levados por circunstâncias irrecorríveis a uma situação moralmente aflitiva. Adianta que com essas considerações deseja fazer bem presentes aos poderes responsáveis e que não podemos deixar de assistir sobressaltados esta demora, porque enxergamos em tudo isto um dedo muito grande tramando indormidamente contra os interesses do Nordeste. Finaliza dizendo que as suas palavras são um protesto àquilo que já o correu e como também um outro protesto de confiança de que o CODENO, na pessoa sobretudo do Diretor Executivo, venha de renovar esforços junto àqueles poderes constituídos, especialmente órgãos subordinados ao Ministério da Fazenda, para que não venha a ser uma quimera a desalentar de uma vez por todo o homem nordestino, o falado decreto de financiamento de algodão. Referindo-se ao Plano de Eletrificação comunica que até o fim do ano em curso a CODEBRO estará inaugurando nove municípios paraibanos que passam a ser diretamente beneficiados pela CHESF e que alentado com os resultados - dêsse empreendimento o Governo decidiu lançar para o Cariri paraibano as bases e os termos da Eletro-Cariri, que compreende vinte e um municípios e só pode naturalmente andar a passos largos e seguros se contar com o absoluto apôio do CODENO ao lado da assistência do Poder Público Federal. Esclarece que é uma sociedade lançada nos mesmos termos da CODEBRO, onde será realizado um investimento de dinheiro público estadual, federal, municipal e da iniciativa privada. Diz ainda que o Governo do Estado da Paraíba, com grande esforço e sacrifícios, está levando a efeito, com resultados satisfatórios, pesquisa de fosforita na propriedade de Utinga. E com esta pesquisa abre-se aura nova para o Estado. O Sr. Presidente concede a seguir, a palavra ao Conselheiro Beroaldo Maia Gomes Rêgo que depois de considerações preliminares focaliza o problema da transferência de Órgãos Federais para Brasília dizendo que se deve considerar o caso daqueles órgãos que atuam diretamente no Nordeste e como essa transferência seria possível para o Nordeste, que é o seu teatro de operações, e que a Diretoria Executiva poderia realizar um estudo sobre o assunto. O Conselheiro Francisco Andrade e Castro pede a palavra e declara que a representação do Governo do Ceará, em face do que ocorreu na primeira sessão desta manhã, não podia -

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

deixar sem uma palavra de protesto contra as acusações injustas - partidas de certas tórres secretas dirigidas ao Conselheiro José-Cândido Pessoa. Afirma o seu testemunho de como êle vem procedendo com critério, aprumo e técnica em defesa dos interesses do Nordeste, na construção de grandes barragens. Frisa que o Sr. Ministro da Viação acaba de visitar as obras de Banabuiú e Orós e de testemunhar de perto o entusiasmo de todo o povo sertanejo por essas--grandes obras levadas a efeito no Governo do Presidente Juscelino Kubitschek, que abre, assim, para o Nordeste, uma nova fase do seu engrandecimento econômico e o próprio Ministro testemunhou o modo criterioso e a tecnicidade daquelas obras que são dirigidas com - verdadeiro elán por engenheiros jovens, nacionais, que estão resolvendo os problemas de técnicas de construção de açudagem no Ceará. Diz ainda que se solidariza com as palavras do Representante do Ministério da Agricultura protestando contra a economia de verbas e o retardamento das mesmas, pois temos que resolver os problemas - da pecuária e do algodão e com êsse retardamento nada se poderá fazer, sobretudo em Estados como o Ceará e a Paraíba. Referindo-se à eletrificação do Cariri, diz que o Estado do Ceará, por seu intermédio, solicita que o CODENO reclame ao Sr. Presidente da República as necessárias providências em face da demora que está ocorrendo na entrega das tórres metálicas a cargo da Companhia Siderúrgica Nacional, de Volta Redonda, que já deveriam ter sido entregues para que a energia chegasse ao Cariri até dezembro de 1960 e em Fortaleza no início de 1965. Solicita, também, ao General Berenhauer Jr., Presidente da CHESF, informações a respeito e as providências que o caso requer, adiantando que no convênio recentemente assinado para o fornecimento de energia à Fortaleza ficou acertado - que a CHESF fica obrigada de prestar assistência técnica ao SERVI LUZ e à comissão permanente criada por êsse convênio, e que esta comissão não se reuniu nem está ao par do que vem sendo feito pela CHESF. Solicita, ainda, que sejam tomadas as medidas necessárias à aquisição dos equipamentos destinados à ampliação dos serviços de energia elétrica de Fortaleza utilizando as verbas previstas no - Plano CHESF-CODENO e finalmente que o CODENO estude e sugira as estruturas jurídica e financeira da futura empresa que deverá se encarregar da operação do serviço de energia do sistema de Fortaleza. O Conselheiro Afonso Albuquerque diz que segundo comunicação que recebeu da Capital Federal, as previsões de verbas destinadas às construções ferroviárias no Nordeste para o ano de 1960, no setor afeto ao 1º Grupamento de Engenharia, são tôdas elas em desa-

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

côrdo com o Plano estabelecido pelo CODENO e já aprovado. Esclarece que se não forem atendidas as indicações feitas pelo CODENO dentro do objetivo de concluir em dois anos as ferrovias julgadas de caráter local e em cinco anos aquelas de natureza econômica, nenhuma possibilidade haverá de ser cumprido o primeiro e simples programa elaborado. O Sr. Presidente submete à votação o texto do telegrama proposto pelo Representante do Ministério da Agricultura sobre o veto Presidencial à Lei de Irrigação, que é aprovado por unanimidade. Em seguida o Sr. Presidente submete à discussão o anteprojeto de lei que amplia atribuições e áreas de concessão da CHESF e dá outras providências. O Conselheiro Celso Furtado falando sobre a matéria diz, entre outras considerações, que as diretrizes traçadas nesse programa são simples mas ao mesmo tempo representam um golpe de audácia dos nordestinos neste setor, pois se trata, inicialmente, de chamar ao Governo a responsabilidade do investimento básico neste setor. Adianta que a eletricidade deve ser investimento pioneiro, de caráter social, e portanto, de responsabilidade imediata do Poder Público. Analisando o Plano de Eletrificação, diz que o mesmo visa, também, evitar que a energia chegue a preços muito diversos às distintas regiões do Nordeste, e os Diretores da CHESF, em entendimentos com a Diretoria Executiva do CODENO, chegaram a um acôrdo básico sobre este ponto. Dizendo que se trata, também, de um empreendimento de profundo caráter social porque vai levar energia elétrica a 162 cidades do Nordeste com um investimento financeiro superior a 28 bilhões de cruzeiros, a ser efetuado no prazo de oito anos, esclarece que para a execução do plano no próximo ano estão previstos mais de 3 bilhões de cruzeiros de investimentos e para tornar possível este investimento já foram introduzidas emendas no Orçamento Federal, no montante de mais de 2 bilhões e 900 milhões de cruzeiros e espera que cada Conselheiro, particularmente cada Governador, interceda junto às Bancadas do Parlamento Federal para que se dê prioridade a essas verbas do Plano de Eletrificação. O Conselheiro Rômulo Almeida em aparte, diz que deseja solicitar ao Diretor Executivo esclarecimentos sobre os Estados que só muito -- parcial e remotamente são atendidos nos seus interesses econômicos e nas suas necessidades imediatas de energia pelo Plano em exame. O Conselheiro Celso Furtado prosseguindo sua exposição diz que a idéia que animou a elaboração deste Plano foi a de que todo o Nordeste deve ter o suprimento adequado de energia elétrica e a situação que encontramos foi a de profunda desigualdade entre os Estados da Região e, assim, concebendo-se o problema como um problema do Nor-



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

deste, era normal que se distribuisse, inicialmente, o esforço em favor daqueles Estados que não haviam sido ainda beneficiados pelos planos de eletrificação anteriores. Isto, porém, não impede que outros Estados particularmente Maranhão, Piauí e Bahia tenham programas autônomos de energia elétrica. Em seguida comunica que o Presidente da CHESF, General Berenhauser, explicará aos Senhores Conselheiros as linhas gerais do Plano, adiantando que não pode deixar de render o seu tributo de gratidão à Diretoria da CHESF, que tudo fez para que esse programa fosse efetivamente elaborado e que tem demonstrado um grande empenho na efetivação dessa política de eletrificação do Nordeste. O Sr. Presidente concede a palavra ao General Carlos Berenhauser Jr., Presidente da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco, o qual após considerações iniciais, em que disse da sua satisfação de comparecer perante este Conselho, diz que o Diretor Executivo já bem expressou a filosofia contida no Plano de Eletrificação, que é um esforço realizado em colaboração com o CODE NO. Esclarece que todas as sugestões apresentadas depois da aprovação do Plano em abril, foram incorporadas no segundo trabalho que hoje é apresentado a este Conselho, frisando que este Plano já entra em maiores detalhes. Apresenta esclarecimentos técnicos sobre os sistemas contidos no Plano de Eletrificação, registrando que o sistema do Rio Grande do Norte não sofreu, praticamente, nenhuma modificação; que o sistema de Fortaleza sofreu uma modificação grande, sobretudo na estruturação da sua linha de alta tensão, e que agora, na direção do açude Banabuiú, de onde partirão duas linhas de 132 Kv. em direção à Fortaleza, linha essa que poderá, eventualmente, servir para alimentar aquela cidade numa fase preliminar através da energia que for gerada no açude Banabuiú; que o sistema do Cariri ficou praticamente como antes estava esboçado e foi a ele incorporado o muito que o DNOCS já executou em torno do açude de Curemas; que o sistema do São Francisco sofreu uma modificação substancial no sentido de que na primeira etapa ele será alimentado de uma subestação em Bom Nome, enquanto a linha que se dirigirá de Paulo Afonso a Ingazeiras for operada sob a tensão de 132 Kv. Depois de uma análise minuciosa do Plano, o Presidente da CHESF, declara que sua Companhia receberá todas as críticas e sugestões podendo assegurar que se procurou, de um modo geral, olhar apenas o Nordeste como um todo. O Conselheiro Pedro Gondim indaga qual a segurança que temos para a realização da estação abaixadora de Campina Grande de 220 mil Vs. para 66 mil volts, tendo o General Berenhauser es -

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

clarecido que na próxima semana a CHESF irá fazer uma coleta de preços para a subestação de Campina Grande e de todas as subestações de 132 mil volts do sistema do Rio Grande do Norte. O Conselheiro Pedro Gondim indaga então ao Diretor Executivo o que existe de conclusivo junto aos órgãos competentes, da faculdade aos municípios para inverterem totalmente a cota do imposto de renda no empreendimento para eletrificação. O Conselheiro Celso Furtado esclarece que se trata de vincular a cota ao levantamento de recursos em bancos do Governo para investimentos. O Conselheiro Francisco Alves de Andrade pergunta em que ponto está a entrega das torres para eletrificação do Cariri. Tendo o General Berenhauser Jr. esclarecido que o fornecimento dessas torres poderá começar brevemente e no ritmo que lhe foi assegurado, de mil toneladas, por mês, em cinco ou seis meses será terminado o fornecimento. E, mesmo que se receba as torres até maio, a linha do Cariri, poderá ficar pronta em dezembro. O Conselheiro Cid Sampaio indaga se com a modificação havida no projeto para fornecimento de energia para a margem do São Francisco, partindo do sistema Bonfim, não vai ser construída a linha Bom Nome - Cabrobó, como fôra previsto antes. O General Berenhauser Jr. afirma que não houve alteração. Em seguida, o Conselheiro Rômulo Almeida solicita informação sobre a estação abaixadora em Catú, julgada pelos técnicos do Estado da Bahia como necessária para descentralização da distribuição da energia abrindo perspectivas não só para a Petrobrás mas também para o fornecimento dos pequenos núcleos industriais que se espera em torno do parque petrolífero do Recôncavo. Adiantando que há uma reivindicação geral dos meios industriais e uma necessidade patente de libertar a distribuição de energia tanto quanto possível do sistema tradicional. O General Berenhauser Jr. esclarece que há duas razões fundamentais pelas quais essa subestação não figura no Plano: primeiro, essa subestação integra o sistema leste e esse sistema não sofreu modificações dentro do Plano -- pois a sua ampliação é prevista com recursos do aumento do capital da CHESF, mas a CHESF poderá, sem grandes dificuldades, construir no futuro a estação de Catú porque virá aliviar a CHESF economizando o transporte de energia. O Conselheiro Rômulo Almeida diz que existe uma expectativa de um surto de indústrias da ampliação da capacidade dos poços de petróleo na Bahia e da ampliação da refinaria sendo a principal reivindicação daquele Estado um grande estudo sobre todas as indústrias derivadas do parque petrolífero, e assim, o a-

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

diamento da construção dessa subestação não é recomendável. O Conselheiro Francisco de Andrade e Castro diz que o Ceará reclama a solução de emergência para o caso de Fortaleza pois parece-lhe que esta solução não está definitivamente assentada, indagando em que ponto se encontra a aquisição dos motores diesel e da caldeira de reserva. O Coronel Otaviano Massa, Assessor do Presidente da CHESF, esclarece que a solução para o fornecimento de energia a Fortaleza está bastante adiantado e quanto à caldeira foi conseguida a fabricação, no país, de caldeiras idênticas as já instaladas em Fortaleza, para um prazo de entrega de cerca de sete meses; e quanto aos motores diesel, não havendo possibilidade de entrega imediata dos grupos geradores indicados, por não existirem nos mercados nacional e estrangeiro, o trabalho foi orientado de modo a se poder fazer aquisição imediata de certa quantidade de grupos menores, o que será um modo de atender a atual emergência sem que se faça um investimento desnecessário pois posteriormente esses grupos serão destinados a outras cidades menores. O Sr. Presidente em seguida diz que tendo este Conselho deliberado a realização de uma reunião de técnicos no Recife, para estudar o Plano, torna-se necessário a pré-fixação do prazo para apresentação de emendas, o que poderá ser feito até o dia quinze do corrente mês, o que é aprovado. O Sr. Presidente, em seguida, submete à votação o seguinte texto do telegrama redigido para ser enviado a todos os deputados nordestinos, Presidente da República, presidentes dos Partidos e líderes da Câmara Federal: " Conselho Desenvolvimento Nordeste reunido extraordinariamente considerando altos propósitos norteiam ação CODENO et necessidade de integração programas todos órgãos federais que atuam região v-única maneira superarmos atual estágio sub-desenvolvimento v- apelamos Vossencia atuar junto seus pares et votar sentido rejeição e emenda Senado excluindo DNOCS disciplina SUDENE pt exclusão justamente órgão dispõe maior soma recurso para região representa desvirtuamento et sacrifício princípios levaram Governo Federal et executivos nordestinos congregaremse acima divergências partidárias et fronteiras públicas estaduais visando unicamente imprimir Nordeste ritmo crescimento capaz integrarmos processo Desenvolvimento Nacional pt afastamento DNOCS SUDENE determinando simultaneamente redução recursos et exclusão planejamento global serviços máxima importância notadamente açudagem perfuração poços et irrigação significará ameaça sobrevivência órgão representa última esperança - milhões nordestinos cordiais saudações", o qual foi aprovado. O Sr





PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Presidente agradece a presença de todos aqueles que compareceram a esta reunião, e nada mais havendo a tratar, dá por encerrada a sessão às dezoito e quarenta horas, do que para constar, eu, Osmário-Alfrit Lacet, Secretário, lavrei e apresento Ata que assino com o Sr. Presidente.

*Osmário Alfrit Lacet*  
*Secretário*